

**TERCEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024**

A Secretaria Municipal de Educação de Itaboraí, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA**, para conhecimento dos interessados, a **Retificação ao Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2024**, conforme as regras e condições constantes deste Edital.

Art 1º Fica **RETIFICADO** as referências bibliográficas do **cargo 205** abaixo descrito, passando a conter a seguinte redação:

Onde se lê:

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO 205: PROFESSOR ESPECIALIZADO EM DEFICIÊNCIA VISUAL

Conhecimentos específicos: 1. Atribuições do Professor do AEE. 2. Sala de recursos multifuncionais. 3. Deficiência Visual e AEE. 4. Políticas públicas para a Educação Especial. 5. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 6. Política de Educação Especial no País e Programa pedagógico da política de Educação Especial no País. 7. Atribuições do professor de apoio. 8. Alfabetização e letramento Adequações curriculares. 9. Conceitos de deficiência visual. 10. Atendimento educacional especializado: aspectos legais, pedagógicos e organizacionais. 11. Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. 12. Inclusão escolar da pessoa com deficiência visual. 13. Adaptação da criança com deficiência visual na creche e na escola. 14. Direitos da criança e do adolescente. 15. Os direitos fundamentais da criança: saúde, proteção, educação, lazer e esporte.

Referências Bibliográficas

1. Alves, F. (2016). **Educação Inclusiva: Desafios e Possibilidades**. Editora Vozes.
2. Aranha, M. S. F. (Org.). Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, 2004.
3. Bersch, R.; Machado, R. Auxílio em atividades de vida diária - material escolar e pedagógico adaptado. In: Schirmer, C. R.; Browning, N.; Bersch, R.; Machado, R. (Orgs.) **Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.
4. Bittencourt, C. (2011). **Educação Especial e AEE: Práticas e Desafios**. Editora Papirus.
5. Brasil. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
6. Brasil. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, DF, 1999.
7. Brasil. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Parecer CNE/CEB nº 017/2001. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2001.
8. Brasil. **Revista da Educação Especial - Inclusão**. v. 1, n. 1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação, 2005.
9. Brasil. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2007.
10. Brasil. (2008). **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação.
11. Brasil. (2008). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação.

12. Capellini V. L.; Mendes, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Revista de Educação**, v. 2, n. 4, 2007.
13. Do Nascimento Luz, R., & Cruz, L. M. (2022). Um estudo sobre Adaptação Curricular no ensino regular: educação inclusiva em foco. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, 3(10), 1-16.
14. Duarte, F. (2014). **Educação Especial e Políticas Públicas: Um Debate Necessário**. Editora Autêntica.
15. Figueiredo, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: Rosa, de E. G.; Souza, V. C. (Orgs). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 67 - 78.
16. Floriani, F. H., & Fernandes, S. D. F. (2015). Flexibilização e Adaptação Curricular: desafios dos sistemas de ensino para equilibrar o comum e o individual em contextos inclusivos. **Portal Dia a Dia Educação**, 1527-8.
17. Glat, R.; Blanco, L. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. In: Glat, R. (Org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 15-35.
18. Guijarro, M. R. B. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. **Ensaios Pedagógicos - construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC,/ SEESP. 2005. p. 7-14.
19. Jimenez, R. B. (Org.) **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.
20. Kassar, M. D. C. M. (2011). Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, 61-79.
21. Kassouf, A. (2010). **Educação Inclusiva: Políticas e Práticas no Brasil**. Editora Papirus.
22. Kassouf, A. (2012). **Atendimento Educacional Especializado: Teoria e Prática**. Editora Contexto.
23. Lima, M. L. (2015). **Políticas Públicas e Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas**. Editora Vozes
24. Lima, M. (2015). **O Professor de AEE: Formação e Práticas Pedagógicas**. Editora Vozes.
25. Lopes, Esther. **Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual**. 2010. 168f. Dissertação de Mestrado. em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.
26. Mantoan, M. T. E; Prieto, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Organização de Valéria Amorim Arantes. São Paulo: Summus, 2006.
27. Mantoan, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 131-145.
28. Mantoan, M. T. E. (2013). **Educação Inclusiva: O que é? Como se Faz?** Editora Moderna.
29. Mazzotta, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.
 - a. Marquezine, M. C. **Formação de profissionais / professores de educação especial - deficiência mental e curso de pós-graduação lato sensu: um estudo de caso**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2006.
30. Miranda, M. D. J. C. (2008). Inclusão escolar e deficiência visual: trajetória e processo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 3(1), 2-22.
31. Oliveira, A. A. S. Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual: alguns apontamentos. In: Marquezine, M. C. et al (Orgs). **Políticas públicas de formação de recursos humanos em educação especial**. Londrina: ABPEE, 2009, p. 69-82.
32. Santos, C. (2018). **Educação Especial: Teoria e Prática na Educação Inclusiva**. Editora Vozes.
33. Pasian, M. S., Mendes, E. G., & Cia, F. (2017). Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. **Cadernos de pesquisa**, 47(165), 964-981.
34. Plescht, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, n. 33. Curitiba. 2009a.

35. Ribas, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
36. Ribeiro, L. A. (2014). **Salas de Recursos Multifuncionais: A Prática da Inclusão**. Editora Papirus.
37. Schirmer, C. R. et al. Levantamento de recursos de tecnologia assistiva utilizados no processo educacional por professora em formação continuada. In: **Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, novembro, 2009.
38. Tim, U. M., Maricato, A., Ferreira, J. C., de Lima, T. L., & de Aráoz, S. M. M. (2010). Deficiência visual. **Ciência & Consciência**, 1.
39. Vasques, C. K. **O currículo na educação inclusiva: novos olhares sobre diferença**. ANAIS IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares - VIII Colóquio sobre Questões Curriculares. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, set/2008.
40. Vilaronga, C. A. R., & Caiado, K. R. M. (2013). Processos de escolarização de pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 19(01), 61-78.
41. Vitaliano, C. R.; Manzini, E. J. Relato de professores que têm alunos especiais integrados: suas dificuldades, procedimentos que utilizam e sugestões para formação de futuros professores. In: Marquezine, M. C.; Almeida, M. A.; Tanaka E. D. O. (Orgs),
a. **Perspectivas multidisciplinares e educação especial**, Londrina: EDUEL. 2003, p. 201.

Leia-se:

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO 205: PROFESSOR ESPECIALIZADO EM DEFICIÊNCIA VISUAL

Conhecimentos específicos: 1. Atribuições do Professor do AEE. 2. Sala de recursos multifuncionais. 3. Deficiência Visual e AEE. 4. Políticas públicas para a Educação Especial. 5. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 6. Política de Educação Especial no País e Programa pedagógico da política de Educação Especial no País. 7. Atribuições do professor de apoio. 8. Alfabetização e letramento Adequações curriculares. 9. Conceitos de deficiência visual. 10. Atendimento educacional especializado: aspectos legais, pedagógicos e organizacionais. 11. Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. 12. Inclusão escolar da pessoa com deficiência visual. 13. Adaptação da criança com deficiência visual na creche e na escola. 14. Direitos da criança e do adolescente. 15. Os direitos fundamentais da criança: saúde, proteção, educação, lazer e esporte.

Referências Bibliográficas

1. Pacheco, J. A. (2016). **Currículo e inclusão escolar:(in) variantes educacionais e curriculares**.
2. Aranha, M. S. F. (Org.). Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, 2004.
3. Bersch, R.; Machado, R. Auxílio em atividades de vida diária - material escolar e pedagógico adaptado. In: Schirmer, C. R.; Browning, N.; Bersch, R.; Machado, R. (Orgs.) **Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.
4. Neves, L. R., Rahme, M. M. F., & Ferreira, C. M. D. R. J. (2019). **Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva**. Educação & Realidade, 44, e84853.
5. Brasil. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
6. Brasil. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, DF, 1999.
7. Brasil. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Parecer CNE/CEB nº 017/2001. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2001.
8. Brasil. **Revista da Educação Especial - Inclusão**. v. 1, n. 1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação, 2005.

9. Brasil. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. **Política nacional a. de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2007.
10. Brasil. (2008). **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação.
11. Brasil. (2008). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação.
12. Capellini V. L.; Mendes, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Revista de Educação**, v. 2, n. 4, 2007.
13. Do Nascimento Luz, R., & Cruz, L. M. (2022). Um estudo sobre Adaptação Curricular no ensino regular: educação inclusiva em foco. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, 3(10), 1-16.
14. da Silva Bezerra, R., de Oliveira, G. M. X., Rocha, D. B., Bauce, P. D., Charão, R. D. S. Z., Duarte, J. V. M., & Rezende, A. S. C. (2022). **EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PERSPECTIVA INCLUSIVA: NOVOS AVANÇOS PARA O FUTURO**. Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais, e00045-e00045.
15. FIGUEIREDO, R. V. D. (2002). Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 67-78.
16. Floriani, F. H., & Fernandes, S. D. F. (2015). Flexibilização e Adaptação Curricular: desafios dos sistemas de ensino para equilibrar o comum e o individual em contextos inclusivos. **Portal Dia a Dia Educação**, 1527-8.
17. Glat, R.; Blanco, L. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. In: Glat, R. (Org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 15-35.
18. Guijarro, M. R. B. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. **Ensaios Pedagógicos - construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC,/ SEESP. 2005. p. 7-14.
19. Jimenez, R. B. (Org.) **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.
20. Kassir, M. D. C. M. (2011). Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, 61-79.
21. Pletsch, M. D., & Mendes, G. M. L. (2015). Entre políticas e práticas: Os desafios da educação inclusiva no Brasil. *Education Policy Analysis Archives*, 23, 27-27.
22. de Góe, M. C. R., & de Laplane, A. L. F. (2022). Políticas e práticas de educação inclusiva. Autores Associados.
23. Loureiro, C. R. M. J., & da Silva, R. L. (2021). Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED*, 2(3), 196-210.
24. Siluk, A. C. P., & Pavão, S. M. D. O. (2012). Educação especial: práticas pedagógicas a distância na formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). *ETD Educação Temática Digital*, 14(02), 61-74.
25. Lopes, Esther. **Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual**. 2010. 168f. Dissertação de Mestrado. em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.
26. Mantoan, M. T. E; Prieto, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Organização de Valéria Amorim Arantes. São Paulo: Summus, 2006.
27. Mantoan, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 131-145.
28. Sampaio, C. T., & Sampaio, S. M. R. (2009). Educação inclusiva: o professor mediando para a vida. *Edufba*.
29. Mazzotta, M. J. (1995). Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.
30. Miranda, M. D. J. C. (2008). Inclusão escolar e deficiência visual: trajetória e processo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 3(1), 2-22.

31. OLIVEIRA, A. D. (2009). Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual: alguns apontamentos. MARQUEZINE, MC; MANZINI, EJ; BUSTO, RM; TANAKA, EDO, 69-82.
32. Tavares, L. M. F. L., SANTOS, L. M. M. D., & Freitas, M. N. C. (2016). A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22, 527-542.
33. Pasian, M. S., Mendes, E. G., & Cia, F. (2017). Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. **Cadernos de pesquisa**, 47(165), 964-981.
34. Plescht, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, n. 33. Curitiba. 2009a.
35. Ribas, J. B. C. (2003). *O que são pessoas deficientes*. Brasiliense.
36. Rodrigues, I. E. (2014). Salas de recursos multifuncionais e salas regulares: uma parceria imprescindível ao processo de inclusão educacional. *Revista Cocar*, 8(15), 41-47.
37. de Moraes, M. R., Hummel, E. I., & da Silva, E. P. (2023). Tecnologia Assistiva como recurso pedagógico: concepções dos docentes das salas de recursos multifuncionais. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 15(43), 40-66.
38. Tim, U. M., Maricato, A., Ferreira, J. C., de Lima, T. L., & de Aráoz, S. M. M. (2010). Deficiência visual. *Ciência & Consciência*, 1.
39. Marques, A., & Vasques, C. K. (2012). Da escola especial ao centro de atendimento educacional especializado: olhares em movimento. *Poiésis*. Florianópolis. Vol. 6, n. 10 (jul./dez. 2012), p. 411-422.
40. Vilaronga, C. A. R., & Caiado, K. R. M. (2013). Processos de escolarização de pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 19(01), 61-78.
41. DE PAULA, A. F. M., & Baleotti, L. R. (2011). Inclusão escolar do aluno com deficiência física: contribuições da terapia ocupacional/school inclusion of the student with physical dysfunction: occupational therapy contributions. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 19(1).

I – Ficam mantidas as referências bibliográficas das demais funções docentes, previstas no Anexo II do Edital de Abertura.

Art 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Itaboraí, 18 de Outubro de 2024.